



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 303/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10909/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Guajará.

4- Exercício: 2014.

5- Responsáveis: Sr. Luiz Liberman Enes de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Guajará e Ordenador de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 131/2015 (fls. 194/215).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 004/2016-DIMP-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 216/219).

8- Relator: Conselheiro Josué Claudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Guajará. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Quitação. Recomendação à origem. Ciência ao Interessado. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Guajará, de responsabilidade do Sr. **Luiz Liberman Enes de Melo**, Presidente e Ordenador de Despesas, referente ao exercício de 2014, nos termos do art. 1º, II, 22, I da Lei nº 2.423/1996 e artigo 188, § 1º, I, da Resolução TCE nº 04/2002;

9.2- Aplicar multa o Sr. **Luiz Liberman Enes de Melo**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal do Guajará, exercício de 2012, no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), sendo **R\$ 1.096,03** (mil e noventa e seis reais e três centavos) para cada semestre de atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal, nos termos do art. 308, inciso II da Resolução nº 04/2002;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. **Luiz Liberman Enes de Melo**, Presidente da Câmara Municipal de Guajará, exercício 2014, recolha o valor da multa que lhe fora aplicada aos cofres públicos (art.72, III, “c” da Lei nº 2.423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções II e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 303/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Dar quitação ao Sr. **Luiz Liberman Enes de Melo**, Presidente e Ordenador de Despesas, nos termo do art. 24, da Lei Orgânica desta Corte de Contas c/c art. 189, inciso II da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;

9.5- Recomendar ao órgão de origem, nos termos do art. 188, § 2º, II, da Resolução TCE nº 04/2002, que:

9.5.1- Que adote as medidas pertinentes para a implementação de Controle Interno, sob pena de multa nos termos do art. 54, inciso VII da Lei nº 2.423/1996, devendo a próxima Comissão de Inspeção apurar o cumprimento da presente determinação;

9.5.2- Que a Câmara de Guajará tempestivamente a esta Corte de Contas as informações que está obrigado por força legal;

9.6- Dar ciência da Decisão ao Sr. **Luiz Liberman Enes de Melo**, Presidente e Ordenador de Despesas;

9.7- Arquivar os autos, nos termos regimentais.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 05 de abril de 2016.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral